O TEMPO

Caldas

Barragem com rejeitos de urânio preocupa autoridades no Sul de Minas

Estrutura está desativada há 24 anos, mas existem dúvidas sobre segurança da instalação

Por
Fábio Corrêa
15/04/19 - 03h00

As dúvidas sobre os impactos ambientais e humanos de uma barragem de material radioativo em Caldas, no Sul de Minas, preocupam autoridades e membros da sociedade civil da região. Integrantes da Comissão de Bacia Hidrográfica (CBH) dos afluentes mineiros dos rios Mogi-Guaçu e Pardo se reuniram na última quinta-feira no município de Andradas, a cerca de 25 km da mina de extração de urânio da empresa federal Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para avaliar a situação da estrutura.

Os integrantes do colegiado aguardavam a presença de membros da Comissão de Energia Nuclear (Cnen) do governo federal, o que não ocorreu. Segundo a professora da PUC Minas Poços de Caldas Maria Teresa Mariano, da diretoria do CBH, faltam informações sobre análise da água e como está a situação da barragem.

“Há duas barragens, uma de águas claras e outra de mineração de urânio. O pedido foi encaminhado, e não tivemos resposta. Estávamos aguardando para saber a situação que se encontra hoje. Pessoas da região falam que houve um vazamento e que esse vazamento não foi só agora que ocorreu”, afirma. Na reunião de quinta-feira, foi também instaurado um comitê que vai acompanhar, nos próximos meses, a situação da barragem.

Instabilidade. Alvo de uma ação civil do Ministério Público Federal (MPF), a barragem é a primeira de mineração de urânio no Brasil e funcionou de 1982 a 1995, quando foi desativada. A justificativa para o processo foi a constatação, por parte da Procuradoria, de que a INB não estava tomando providências necessárias para o descomissionamento.

Em setembro, um estudo feito pela Universidade Federal de Ouro Preto, contratado pela INB, detectou infiltração no sistema extravasor da barragem de rejeitos radioativos, que poderia comprometer a estabilidade da estrutura. No caso de ruptura, o material radioativo vazaria e

poderia chegar ao ribeirão das Antas.

Segundo o procurador do MPF Lucas Gualtieri, além desse, há outros problemas, como pilhas de rejeitos tóxicos que ficam a céu aberto e poderiam, por ação da chuva e do vento, contaminar os rios no entorno. “Não temos elementos para dizer nem que a barragem está instável e tampouco que está estável”, diz ele, que visitou a estrutura na primeira semana de abril.

Na ocasião, foi apresentado um plano de segurança da INB, mas incompleto. “Faltaram a instalação do sistema de alerta para a população na zona de autossalvamento, a realização de treinamentos, seja com a equipe interna, seja com a população, e a articulação com órgãos externos como a Defesa Civil”, afirma o procurador. O MPF agora trabalha em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que será apresentado à INB.

A empresa, por sua vez, afirmou, em nota, que realizará o treinamento das equipes da empresa nos próximos dias e que, para o treinamento da população, “será necessária uma participação conjunta com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, além de outros órgãos municipais, estaduais e federais”. Além disso, disse que já está em contato com a empresa especializada para a compra dos alarmes. A INB também diz que a barragem é segura e que a troca do sistema extravasor atual por um mais atual deverá ser concluída já no próximo mês. A Comissão de Energia Nuclear não respondeu à reportagem.

Contaminação ainda é pequena

Professor do Departamento de Biologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), o especialista Alphonse Kelecom participou de um estudo que analisou, entre 1999 e 2011, o nível de contaminação das nascentes do ribeirão das Antas, do ribeirão do Soberbo e no córrego da Consulta. Segundo ele, há um aumento esporádico na concentração de urânio, devido à ação das chuvas. “Mas os valores atingidos ficam abaixo do máximo permissível definido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e por outros organismos internacionais”, diz o professor.

Kelecom também afirma que não há como se falar num possível aumento nos casos de câncer da região devido à exposição ao material radioativo, já que, para isso, teriam de ser comparados grupos de condições socioeconômicas similares às da região de Caldas, mas que estivessem em outra região, longe da concentração de urânio. Ele diz que a situação ambiental está controlada.

“A minha crítica está mais relacionada com os atrasos em comunicar fatos anômalos, reconhecer eventualmente os erros cometidos, a falta de transparência na comunicação”, diz ele, destacando como sintomático o fato do plano de segurança só ter sido apresentado recentemente.

Segundo o procurador do MPF Lucas Gualtieri, há cerca de 200 trabalhadores na unidade da INB em Caldas. As unidades de trabalho, porém, não estão a jusante da barragem, como ocorreu no

rompimento do reservatório da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro. “Em Caldas, os trabalhadores estão do outro lado da barragem”, diz.